



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

TRABALHO PROFISSIONAL E A RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: reflexões sobre as percepções de assistentes sociais em suas experiências profissionais

EULER ANTONIO CAMPOS ¹
ISABELLA DA PAIXÃO ALVES ¹
LAIRA LÚCIA DOS SANTOS SILVA ²
RAQUEL DE FREITAS SENA ²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os reatamentos da imbricada relação entre Política Social e Serviço Social. Assim, apresentamos a gênese histórica dessa relação para, posteriormente, através da análise de 5 artigos apresentados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais do ano 2019, buscamos elementos para refletir sobre como essa imbricação pode ter decisiva influência na atuação profissional da/o assistente social.

Palavras-chave: políticas sociais; serviço social; atuação profissional.

ABSTRACT: The present work aims to reflect the repercussions the intertwined relations between Social Politics and Social Work. Thereby, we present the historical genesis of this relationship for, posteriorly, through the analysis of 5 articles presented at the Brazilian Congress of Social Workers of the year 2019, we seek elements to reflect on how this imbrication can have a decisive influence on the social worker's professional acting.

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Juiz De Fora

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade

Keywords: social politics; social work; professional acting.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, discorreremos acerca das políticas sociais, considerando sua particularidade, e sua relação com o Serviço Social. Desse modo, o intuito do presente artigo desponta por uma percepção de um desarranjo entre os objetivos da atuação profissional do Assistente Social com a função/objetividade das políticas sociais. A percepção se apresenta, de certa forma, de uma aparente confusão por parte da profissão, principalmente em tempos de desmonte das políticas sociais e uma aparente “perda” de lugar desta profissão.

Partimos da hipótese inicial de que, por vezes, a atuação profissional tem se diluído entre as características e escopo das políticas sociais, podendo ser, ao que interrogamos, decorrentes de uma resposta à “sensação” de perda do espaço profissional, embora não descartemos, claro, outros aspectos como a defasagem na

formação profissional, a precarização dos vínculos de trabalho, entre outros.

Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico dos trabalhos publicados no eixo “Política Social e Serviço Social” do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ocorrido no ano de 2019. A escolha por tal evento, deve-se à compreensão da relevância do CBAS para a categoria profissional, visto que o evento expressa um marco para a profissão no país, uma vez que o III CBAS – realizado no ano de 1979 –, demarcou o posicionamento progressista da categoria junto aos interesses da classe que sobrevive de sua força de trabalho (ABRAMIDES, 2014).

Ademais, compreendemos a importância do evento para a difusão da produção de conhecimento em Serviço Social no país, pois o mesmo aglutina artigos elaborados por estudantes de graduação e pós-graduação, bem como assistentes sociais inseridos em diversos espaços sócio ocupacionais – seja na execução das políticas e benefícios sociais, seja no âmbito da docência e pesquisa. Conjectura-se, assim, que essa diversidade de espaços sócio-ocupacionais dentro a categoria profissional contribui para a pesquisa ora apresentada.

Portanto, realizamos um breve apanhado histórico dos determinantes fundamentais que compõem a gênese da relação entre Serviço Social e Política Social. Num segundo momento, utilizamos 5 trabalhos apresentados na categoria “relatos de experiência”, eixo “Política Social e Serviço Social”, do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) do ano de 2019 com o objetivo de analisar se existem sinais dessa imbricação entre Política Social e Serviço Social em tais relatos, buscando localizar uma possível “confusão” entre as finalidades da política e a atuação do assistente social.

2 SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS

As protoformas das políticas sociais aparecem em sociedades pré-capitalistas, não com a finalidade de atender o coletivo, mas com o viés de manutenção da ordem e punir a nomeada vagabundagem (BEHRING; BOSCHETTI, 2016). As autoras - citando Castel (1998) -, afirmam que essas protoformas

buscavam estabelecer um “código coercitivo do trabalho”, com fundamentos comuns, dentre eles

“estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver; obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido; regular a remuneração do trabalho, de modo que o trabalhador pobre não poderia negociar formas de remuneração; proibir a mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos oferecidos” (CASTEL, 1999, p.99, *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 48)

Nota-se que, já nas protoformas da política social, o que sustentava as propostas era a ênfase no trabalho, obrigando os pobres “beneficiados” a trabalhar para justificar a oferta de benefícios.

Com o advento do modo de produção capitalista, notou-se o aprofundamento das desigualdades sociais pré-existentes, bem como as aglutinou nos grandes centros sociais e urbanos. As condições da classe trabalhadora na Inglaterra, no bojo do desenvolvimento do capital, expunham situações de péssima condição de vida e trabalho da população. Dessa forma, em dado momento,

“As condições de vida fora das fábricas logo passam a ser evidenciadas no seu interior. As intensas e extensas jornadas de trabalho de homens, mulheres e crianças, assim como os baixos salários pagos, denotavam uma relação trabalhista alicerçada na exploração máxima da força de trabalho, sem qualquer tipo de proteção contra acidentes, doenças e mortes. Para os que se encontravam à margem do mercado de trabalho, ou seja, os trabalhadores excedentes, existiam as ações assistencialistas realizadas por instituições religiosas e filantrópicas com o intuito de manter sob controle essa massa de sobrantes miseráveis. Para além da filantropia, o Estado liberal também utilizava mecanismos repressivos e punitivos com o mesmo intuito de controle dos pauperizados” (OLIVEIRA, 2018, P.233).

À época, o aumento da pobreza relacionava-se à falhas no aparelho do Estado (MARX e ENGELS, 2010 *apud* OLIVEIRA, 2018). Apesar de num primeiro momento a pobreza ser alvo de benemerência e repressão, passou-se a necessitar de medidas administrativas para combater a epidemia de pobreza que se alastrava.

Enquanto resposta, em todos os países industrializados, em um primeiro momento, procurou-se implementar leis administrativas, o que gerou rejeição em parte da burguesia que alegava a proposta enquanto “retroalimentação da vagabundagem” e de “incentivo à miséria”(OLIVEIRA, 2018). Não por acaso, a pobreza passa a ser criminalizada, passível de punição, como foi com a criação das

*Workhouses*³ na Inglaterra (OLIVEIRA, 2018).

Segundo Oliveira (2018), as leis trabalhistas na época eram muito incipientes, numa continuidade da responsabilização do trabalhador por suas condições de vida e trabalho. Benefícios como férias, horário de almoço, horas extras, licença maternidade, dentre outros, eram inexistentes na Europa do final do século XIX e início do século XX. Apenas ao final do século XIX, temos a primeira iniciativa⁴ de uma política voltada para as condições trabalhistas. Um seguro que a *posteriori* ficou conhecido como previdência social, e que em seguida desdobrou-se em outras leis trabalhistas, como seguro acidente e saúde, permitindo a permanência da renda em caso de acidentes de trabalho. Todos esses benefícios sociais só eram devidos aos sujeitos inseridos no mercado formal de trabalho. Assim, as primeiras ações que se relacionam à história das políticas sociais estão voltadas em políticas para o trabalho e para o trabalhador. Segundo Oliveira (2018) essa dinâmica em nada afetava o processo de acumulação capitalista, uma vez que os fundos que sustentavam os benefícios eram garantidos a partir de descontos feitos aos próprios trabalhadores.

Os pontos apresentados demonstram que, a regulação do trabalho, especialmente no período fabril, vai ser a precursora das respostas do Estado frente à relação das classes e os direitos sociais no transcorrer dos séculos que seguiram, com vistas à manutenção da dinâmica de acumulação capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

O pós anos 1930 vai demarcar um “novo” momento para as políticas sociais, que vão receber influência de um novo modelo de resposta do Estado. Na era do capital monopólio, o denominado *Welfare State*, originado na Inglaterra, permitiu a aprovação de diversas legislações sociais frente à pobreza. O pós segunda guerra provocou forte expansão das políticas sociais, tendo, segundo Behring e Boschetti (2016, p. 98) “como fator decisivo a intervenção do Estado na regulação das

³“A criação das *Workhouses*, casa de trabalho forçado, para disciplinamento e reinserção dos indivíduos se configurava como um elemento de aceitação da ordem, além de promover a inclusão daqueles considerados aptos ao trabalho, estabelecendo uma distinção entre os aptos e não aptos ao trabalho” (OLIVEIRA, 2010).

⁴A primeira experiência é promovida na Alemanha de Bismarck. Seguindo a lógica de seguro, “só tinham acesso a ele quem estava inserido no mercado formal de trabalho, excluindo trabalhadores rurais e autônomos” (OLIVEIRA, 2018)

relações sociais e econômicas”.

Conforme explicitado por Behring e Boschetti (2016, p. 64), “o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países”. No Brasil, as refrações da questão social só vão se tornar questão política na primeira década do séc. XX. Tendo, em 1888, a criação de um fundo financeiro, que reverberou como estratégia⁵ de política social ao trabalhador até os anos de 1960 (BEHRING; BOSCHETTI, 2016). O pós 1930 no Brasil colheu uma expansão lenta e seletiva das políticas sociais, atravessado por uma longa ditadura empresarial-militar, fortalecendo o movimento de modernização conservadora no país, que dificultou um projeto nacional que incluísse a estruturação da política social (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

Esse contexto incide diretamente no mundo do trabalho, pois

As transformações societárias (...) ao metamorfosear a produção e a reprodução da sociedade, atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis (parâmetros de conhecimento, modalidades de formação e de práticas, sistemas institucional-organizacionais, etc) (NETTO, 1996, P. 88).

Nesse sentido, ao falar do Serviço Social, resgatamos Iamamoto e Carvalho (2014) ao afirmar que a profissão surge enquanto requisição institucional para atuar nas expressões da questão social. E que, especificamente na era monopólica do capital, a contradição entre capital x trabalho agudizou-se tanto, que reclama novas formas de intervenção sociopolíticas e econômicas nas expressões da luta de classes. É em meio a ordem societária comandada pelo monopólio que se colocam as condições histórico-sociais que possibilitam a emergência do Serviço Social enquanto profissão. Para Netto (1996),

O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais (NETTO, 1996, p. 70).

O Estado na era dos monopólios inaugurou uma nova modalidade de intervenção, onde suas funções econômicas estão imbricadas às suas funções

⁵Para saber mais, ver BEHRING; BOSCHETTI (2016, p. 80).

políticas. “É, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista (...)” (NETTO, 1996, p. 22). Nessas condições, a questão social torna-se objeto de intervenção contínua e sistemática do Estado, colocando-se como alvo de políticas sociais. A funcionalidade da política social, no âmbito do capitalismo monopolista, surge como norte em processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho.

Não obstante, Iamamoto e Carvalho (2014), afirmam que essa nova dinâmica, urgente de novas necessidades sociais e novos impasses, exigem profissionais especialmente qualificados para seu atendimento. Nessa dinâmica, o Serviço Social passa a ser requisitado - sob heranças conservadoras gestadas no seio da Igreja Católica - e para tanto, com um objetivo e significado (para o capital) bem específico: o de controle da classe trabalhadora. Assim, consentimos com Iamamoto (2010) quando reafirma o significado do Serviço Social na reprodução das relações sociais, pressupõe que é uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da difusão da ideologia burguesa. O profissional é convidado, em suas funções educativas, moralizadoras e disciplinadoras, ao exercício do controle da classe trabalhadora.

Com o avançar da história, o serviço social brasileiro vai construir um processo de acúmulo teórico e disputas políticas que culminaram, na década de 1980, na hegemonia de um projeto político profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Propondo assim romper com as demandas originárias da profissão.

No mesmo período, no Brasil vê-se o crescimento das respostas do Estado através das políticas sociais frente ao processo de urbanização e empobrecimento, expandindo os quadros profissionais e sua atuação nas políticas sociais. Esse contexto vai confluir nas diversas práticas profissionais. Por um lado, começa a se construir um fazer crítico, de outro, os campos de trabalho vão se ocupando de práticas profissionais assentadas no tecnicismo, reforçando o escopo proposto pelo Estado.

O Assistente Social encontra-se numa dupla contradição: uma tensão entre seu projeto profissional e sua condição de assalariamento, e na condição de

mediador⁶ dos interesses na luta de classes: “uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar seu trabalho” (IAMAMOTO, 2010, p. 424). No bojo dessa contradição, o trabalho do assistente social é permeado por particularidades.

A profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos. Considerando a historicidade da profissão - seu caráter transitório e socialmente condicionado - ela se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto de determinantes macro-sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho e apoiado nas relações de propriedade que a sustentam (IAMAMOTO, 2016, p. 11).

Para Guerra (2007), todo trabalho social, e seus ramos de especialização (como o Serviço Social), possuem instrumentalidade, que é construída e reconstruída na trajetória da profissão. Defende ainda que a instrumentalidade, tem a ver com a propriedade e a capacidade que a profissão adquire ao longo de sua história.

[...] instrumentalidade no exercício profissional do assistente social como uma propriedade ou um determinado modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional (GUERRA, 2007, p.01).

A instrumentalidade constitui-se então condição de reconhecimento social da profissão quanto ao seu significado social⁷.

As políticas sociais e os serviços sociais constituem-se espaços sócio-

⁶Em referência a discussão de Iamamoto (2010) quando reflete sobre o Assistente Social ser o “profissional da coerção e do consenso”, com base na teoria de Gramsci sobre o papel do intelectual.

⁷A análise do significado social do trabalho profissional, na ótica da totalidade, supõe decifrar as relações sociais nas quais se realiza em contextos determinados: as condições de trabalho, o conteúdo e direção social atribuídas ao trabalho profissional, as estratégias acionadas e os resultados obtidos, o que passa pela mediação do trabalho assalariado e pela correlação de forças econômica, política e cultural no nível societário. Articula, pois, um conjunto de determinantes a serem considerados: as particulares expressões da questão social na vida dos sujeitos, suas formas de organização e luta; o caráter dos organismos empregadores, seu quadro normativo, políticas e relações de poder que interferem na definição de competências e atribuições profissionais; os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis à viabilização do trabalho. Aliam-se a estes determinantes os compromissos firmados no contrato de trabalho (salário, jornada, benefícios, etc) e sua efetivação, envolvendo padrões de produtividade, formas de gestão, entre outras dimensões, que afetam o conteúdo do trabalho do assistente social. Certamente as respostas acionadas dependem do perfil social e profissional dos assistentes sociais e, em particular, da apropriação teórico-metodológica para leitura dos processos sociais, princípios éticos, a clareza quanto às competências, atribuições e o domínio de habilidades adequadas ao trabalho concreto realizado, o que condiciona a eleição das estratégias acionadas, a qualidade e resultados dos serviços prestados (IAMAMOTO, 2016, p.23).

ocupacionais para os assistentes sociais. Nesse contexto, se coloca a utilidade social - que advém de necessidades sociais -, do assistente social,

A utilidade social de uma profissão advém das necessidades sociais. Numa ordem social constituída de duas classes fundamentais (que se dividem em camadas ou segmentos) tais necessidades, vinculadas ao capital e/ou ao trabalho, são não apenas diferentes mas antagônicas. A utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão. Estas são respostas qualificadas e institucionalizadas, para o que, além de uma formação social especializada, devem ter seu significado social reconhecido pelas classes sociais fundamentais (capitalistas e trabalhadores). Considerando que o espaço sócio-ocupacional de qualquer profissão, neste caso do Serviço Social, é criado pela existência de tais necessidades sociais e que historicamente a profissão adquire este espaço quando o Estado passa a interferir sistematicamente nas refrações da questão social, institucionalmente transformada em questões sociais (GUERRA, 2007, p.06).

As políticas sociais possuem um instrumental que exige profissionais atuantes na sua formulação e implementação. O assistente social é majoritariamente acionado para o campo da implementação. O caráter contraditório das políticas sociais, por vezes, atribui formas e dinâmicas para o exercício profissional. E dessa maneira, embargam uma visão de totalidade acerca das políticas sociais e exigem dos profissionais procedimentos instrumentais imediatos e tecnicistas, vinculados ao escopo de sua formulação, lócus onde dificilmente os profissionais encontram-se inseridos.

Nessa direção, é possível que o assistente social acabe assumindo uma prática vinculada ao escopo interventivo das políticas/serviços/programas/projetos. Assim, no capítulo seguinte, busca-se perceber, a partir dos relatos subsequentes, o estabelecimento dessa relação.

3 BREVES APONTAMENTOS ACERCA DOS RELATOS DE EXPERIÊNCIA

O 16º CBAS ocorrido em 2019 celebrou os 40 anos do “Congresso da Virada” - Congresso de 1979 que contribuiu para o espraiamento da intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro. Nesse sentido, o evento tem sido, historicamente, a reafirmação da escolha da categoria de assistentes sociais por um projeto profissional alinhado a um projeto societário ancorado em princípios e

valores emancipatórios.

Diante disso, importa-nos neste trabalho contribuir com as reflexões no que tange ao Serviço Social e a sua relação com as políticas sociais no contexto contemporâneo, não sendo assim, um julgamento aos profissionais que sistematizaram e publicizaram suas experiências com a categoria. Pelo contrário, compreendemos a importância da suspensão do cotidiano para refletir a respeito das demandas sociais e da elaboração das respostas profissionais (GUERRA, 2012).

Nesse sentido, foram apresentados no CBAS/2019 o total de 47 relatos de experiência. Evidentemente uma análise global dos relatos demonstraria outros múltiplos e complexos aspectos. No entanto, acreditamos que para uma análise inaugural, a nível demonstrativo, inferimos que o uso destes 5 relatos presentes no eixo “Política Social e Serviço Social” nos dão materialidade para a análise proposta, uma vez que, muito mais que quantificar, procuramos indicar a presença (ou não) dos elementos destacados. Assim, tratando-se da atuação, nos parece importante assinalar tal presença, ainda que em número reduzido de artigos.

O mapeamento realizado para selecionar os artigos a serem apreciados demonstrou que o eixo escolhido possui, ao todo, 520 artigos publicados. Destes, somente 4% são frutos de relatos de experiências, que é o foco da presente pesquisa. Para coletar tais dados, utilizamos a busca disponibilizada na base de dados dos anais do 16º CBAS⁸, através das palavras-chave “política social”, “relato de experiência”, “atuação profissional” e “Serviço Social”. Desse modo, a definição para os 5 artigos elencados a seguir deu-se através da leitura dos resumos que possibilitaram, assim, eleger aqueles que dialogavam com o nosso objetivo.

Dessa forma, os artigos analisados são todos produzidos por profissionais de Serviço Social e abordam a política de saúde ou assistência social, sendo eles:

Tabela 1 - Relatos de experiência selecionados para análise

N	TÍTULO	AUTOR/ES	TEMA
---	--------	----------	------

⁸Disponível em: <[v. 16 n. 1 \(2019\): Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais | Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019 \(bonino.com.br\)](#)>

09			
1	O acompanhamento de famílias em situação de descumprimento das condicionalidades do programa bolsa família: um relato de experiência do CRAS	Silvana Cordeiro dos Santos	Assistência Social; Bolsa Família; descumprimento de condicionalidades.
2	Atuação do assistente social junto a acompanhantes de usuários de um hospital público de fortaleza: fortalecendo a promoção da saúde e o empoderamento	Neubejâmia Rocha da Silva Lemos; Cynthia Santos Neder Thomé; Érica Silva Meneses; Valesca de Sousa Brito; Danielle de Menezes Vieira; Lisiane Melo de Carvalho; Vivianny Mary Jucá Bezerra	Saúde; atenção hospitalar; acompanhantes
3	Cadastro Único do SUAS como instrumento de materialização de direitos socioassistenciais ou instrumento de controle e seletividade: reflexões a partir das experiências das assistentes sociais inseridas no CRAS Nova Belém/Japeri (RJ)	Emilene de Oliveira; Mariana Aparecida da Silva Calegário	Assistência Social; Cadastro Único
4	Resistir para garantir o projeto profissional: experiências no campo da política de assistência social com ênfase na proteção social especial	Bianca Resende da Silva; Lidia Maria de Souza Porto; Ana Kelly Souza Costa.	Assistência social; projeto profissional.
5	Família acolhedora: proteção integral, apoio e cuidado individualizado a criança acolhida: relato de experiência no município de São Gonçalo/Rio de Janeiro	Natalia da Silva Figueiredo Lizcano	Assistência Social; família acolhedora.

Fonte: Elaboração Própria com base na pesquisa realizada.

Diante disso, as indagações que irão nortear a referida análise são:

1. A dimensão da atuação profissional do assistente social aparece de forma específica?
2. Os autores demonstram nos trabalhos alguma diferenciação entre a atuação profissional e a política social tematizada no artigo? Ou ao menos sinalizam a relação entre ambas?
3. Os objetivos das ações que geraram o relato de experiência comungam

9A frente, na análise dos artigos, faremos referência à eles com base na numeração estabelecida por esta tabela.

necessariamente com os objetivos da política tematizada no artigo?

3.1 Caracterização e análise dos artigos

Todos os artigos selecionados foram produzidos por assistentes sociais e retratam diferentes espaços sócio-ocupacionais. Todos, assim como definido pela temática do eixo, tem como escopo as políticas sociais, sendo 1 artigo sobre a política de saúde (dimensão hospitalar) e 4 sobre a Política de Assistência Social (Cadastro Único, Programa Bolsa Família, proteção especial e programa família acolhedora).

Dos artigos analisados, 3 fazem um apanhado e contextualização histórica mais abrangente sobre as políticas sociais das quais tratam, os outros 2 partem de uma contextualização dos programas ao qual buscam analisar, sendo o Família Acolhedora e o Bolsa Família.

Os trabalhos 2, 3 e 4 contextualizam, ainda que brevemente, o Serviço Social historicamente. O artigo 2 traz elementos da atuação profissional do assistente social na saúde, citando a Política Nacional de Humanização e os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, embora não fique claro no decorrer do relato dimensões mais específicas da atuação. Os artigos 1, 3, 4 e 5 não demonstram elementos mais específicos da atuação do assistente social, mesmo na parte teórica.

O artigo 4 se dedica a relatar os desafios impostos no cotidiano profissional, embora careça relatar a atuação profissional dentro da Proteção Social Especial e reiteram a execução no sentido do cumprimento dos objetivos da política social:

Atuamos para atingir a finalidade da política, entretanto, observamos as barreiras encontradas pelas Assistentes Sociais no atendimento das demandas dessa população. Para realização de um trabalho especializado e individualizado, com acompanhamento contínuo, se faz necessário, boa estrutura técnica e física. Em referência aos locais de trabalho, objeto de nosso estudo, vivenciamos relações de trabalho precárias, contratos de trabalho descontínuos, atraso nos salários, poucas garantias trabalhistas e instabilidade profissional (SILVA et al, 2019, p.10).

Descrevem ainda como as exigências impostas pela política social, sua

burocratização e imediatividade de demandas a serem respondidas prejudicam a atuação profissional:

Além disso, nos deparamos também com as exigências no desenvolvimento de um trabalho mais técnico, centrado nas normas e regras, com cobranças de metas, quantidades de atendimentos, relatórios e desligamento dos usuários dos serviços. Estas cobranças sobre o profissional ocasionam atendimentos mais rápidos, sem aprofundamento na demanda, e um exercício sem reflexão (SILVA et al, 2019, p. 10).

Embora seja possível conjecturar, por serem relatos de experiências, que tratamos aqui de assistentes sociais na execução de suas atividades profissionais cotidianamente, os artigos analisados, se dedicam a relatar experiências, demasiadamente importantes, mas estritamente vinculadas aos objetivos dos serviços onde se inserem.

No artigo 2, ainda é possível perceber um relato muito mais voltado para a dinâmica da rotina hospitalar e, embora coloque como eixo uma atuação do assistente social em ação de grupo com um dos objetivos sendo o empoderamento dos acompanhantes, nos parece mais corresponder a uma expectativa de apaziguamento dos acompanhantes por ser o hospital um espaço onde “emergem demandas imediatas que requerem respostas rápidas, podendo prejudicar as relações interpessoais, ocasionando estresse e conflitos” (LEMOS et al, 2019, p.8) e também por ser “o acompanhante hospitalar em muitas ocasiões é percebido como uma extensão da equipe de saúde ou como um indivíduo que fiscaliza e dificulta a rotina técnica dos profissionais diante de suas demandas” (LEMOS et al, 2019, p.8).

O artigo 3 apresenta uma reflexão sobre como o Cadastro Único pode ser elemento para viabilizar o acesso dos usuários aos benefícios sociais, contudo ponderam “a Gestão utiliza a função do Cadastro Único como apenas um faturamento mensal para o Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome - MDS com uma perspectiva controladora e seletiva” (OLIVEIRA; CALEGÁRIO. 2019, p.11).

Nesse ponto as autoras fazem uma ligação entre a atuação profissional e a política social, trazendo alguns elementos:

(...) O profissional precisa refletir sobre sua prática, dentro do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, não numa atuação da prática pela

prática e com uma Sistematização do Trabalho. Existe pouco tempo para refletir no exercício e não tem um projeto de trabalho, a própria Política leva a demanda para responder às requisições da Gestão. Descentraliza a profissão e acaba “apagando fogo” via Políticas Sociais vindo do Estado, uma redução de investimentos, ou seja, o mínimo para dos direitos sociais (OLIVEIRA; CALEGÁRIO. 2019, p. 11)

Embora este artigo faça essa ponderação, todos os relatos de experiência caminham no entendimento (ou pelo menos não explicitam que podem divergir) de que os objetivos das políticas comungam com os objetivos profissionais. Se dedicam a demonstrar a maneira como o serviço é executado. O artigo 1 demonstra as estratégias utilizadas pelo assistente social, juntamente com o profissional da psicologia, na execução de um grupo com beneficiários do Bolsa Família que tivesse impacto sobre o descumprimento das condicionalidades do programa.

Desse modo, o trabalho realizado convergiu com os objetivos do PAIF, contribuindo de forma positiva no processo de acompanhamento familiar em que podemos destacar: Divulgação sobre os direitos sociais básicos de saúde e educação de crianças e adolescentes; Identificação de possíveis conflitos familiares e outros fatores que possam contribuir para a ocorrência de baixa frequência escolar; Encaminhamento das famílias que apresentam vulnerabilidades nos relacionamentos familiares e sociais para os serviços de proteção social afins; Levantamento e visibilidade aos indicadores referentes à oferta dos serviços básicos de saúde e educação do território; Articulação e fortalecimento da rede de proteção social básica local: CRAS, escolas e unidade de saúde; Priorização das ações do CRAS junto às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; Mobilização dos participantes para prática cidadã e busca de alternativas e reconhecimento de potencialidades da comunidade e seu território; Maior conhecimento do Território com socialização de Informações e troca de experiências entre os participantes; Fortalecimento dos vínculos familiares, afetivos e comunitários; Realização de orientações e encaminhamentos diversos (SANTOS, 2019, p. 9-10)

Desta forma, a nosso ver, os autores cumprem o objetivo no qual se propõem nos artigos produzidos, demonstrando preocupação com o acesso dos usuários às políticas nas quais atuam e buscando estratégias para tal. Contudo, buscamos em nossa análise extrapolar este ponto, buscando elementos das particularidades da atuação profissional de assistentes sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo refletir sobre como a relação entre a atuação

de assistentes sociais e políticas sociais tem aparecido nas reflexões e relatos acerca da experiência profissional.

Como dito primordialmente, pretendeu-se retomar de forma breve, como se dá a formulação das políticas sociais e seu significado na dinâmica capitalista, bem como localizar historicamente a profissão, em meios às relações sociais, analisando-a concomitante às políticas sociais que são partícipes de sua história.

O Serviço Social e as Políticas Sociais estão historicamente ligados. Fazem parte da resposta do Estado, da sociedade capitalista, frente à agudização das expressões da questão social. E, portanto, tem objetivos e finalidades bem específicas, mas ao mesmo tempo contraditórios. Dessa forma, acreditamos ser necessário, regularmente, retomar a história e particularidades dessas determinações.

Por estarem historicamente ligados, por vezes conseguimos identificar um desarranjo – tanto da profissão, quanto de terceiros -, entre ambos. E que quando esse desarranjo parte da categoria profissional, parece significar um “fim em si” das possibilidades de atuação profissional. Principalmente num contexto de desmoronamento das políticas e dos direitos sociais.

Levantamos enquanto hipótese que uma certa “confusão” na relação entre os objetivos das políticas sociais e a atuação profissional se faz presente tanto no cotidiano quanto nas reflexões (como a sistematização dos relatos de experiência) de assistentes sociais acerca de seu fazer profissional. Evidentemente, o presente trabalho apresenta um esforço preliminar para demonstrar nossa hipótese, carecendo, mais a frente, de um estudo mais aprofundado. Contudo, podemos, ainda que preliminarmente, dimensionar que muitas vezes as reflexões acerca da atuação em políticas sociais, trata muito mais das políticas em si do que sobre o Serviço Social. Incorre-se o risco (não necessariamente) de se reproduzir uma ideia de que os objetivos da Política Social onde se atua são análogos ao do Serviço Social.

Faz-se necessário um retorno à compreensão do significado social da profissão, para além das políticas sociais como campo de atuação e mediação. E a necessidade de identificar as possibilidades (ou não) de atuação profissional para

além das políticas sociais.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Movimento Sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional?** In: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

BEHRING, E.R., BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2016. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/2020.1/estagio-supervisionado-ii/Bibliografia/complementar/Politica%20social%20-%20fundamentos%20e%20historia%20-%20BEHRING-%20ELAINE.pdf/view>> Acesso em: 30 de jul. de 2022

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional.** In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social contemporâneo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

_____. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** 2007. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/altineia.neves/instrumentos-e-tecnicas-em-servico-social/guerra-yolonda-a-instrumentalidade-no-trabalho-do-assistente-social/view>> Acesso em: 30 de jul. de 2022

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010

_____. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo.** In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 2006. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf>

_____, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** – São Paulo: Cortez, 2014.

LE MOS, Neubejâmia Rocha da Silva. Et al. Atuação do assistente social junto a acompanhantes de usuários de um hospital público de Fortaleza: fortalecendo a promoção da saúde e o empoderamento. In: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Brasília: 2019. Disponível em <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1>. Acesso em 30 de

jul. de 2022.

LIZCANO, Natalia da Silva Figueiredo. Família acolhedora: proteção integral, apoio e cuidado individualizado a criança acolhida: relato de experiência no município de São Gonçalo/Rio de Janeiro. In: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: 2019. Disponível em <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1>. Acesso em 30 de jul. de 2022.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr., 1996.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. **A política pública de emprego: entre a precarização desprotegida e a precarização protegida: um estudo comparativo entre Brasil e Itália**. Tese de Doutorado, UERJ: RJ 2010.

_____. **Política social: política para o trabalhador ou para o capital?** .Revista Argumentum, n. 10 ,vol. ,Págs 232-243 , 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18397/15688>

OLIVEIRA, Emilene. CALEGÁRIO, Mariana Aparecida da Silva. Cadastro Único do SUAS como instrumento de materialização de direitos socioassistenciais ou instrumento de controle e seletividade: reflexões a partir das experiências das assistentes sociais inseridas no CRAS Nova Belém/Japeri (RJ). In: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: 2019. Disponível em <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1>. Acesso em 30 de jul. de 2022.

SANTOS, Silvana Cordeiro dos. O acompanhamento de famílias em situação de descumprimento das condicionalidades do programa bolsa família: um relato de experiência do CRAS. In: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: 2019. Disponível em <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1>. Acesso em 30 de jul. de 2022.

SILVA, Bianca Resende da Silva. PORTO, Lidia Maria de Souza. COSTA, Ana Kelly Souza. Resistir para garantir o projeto profissional: experiências no campo da política de assistência social com ênfase na proteção social especial. In: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: 2019. Disponível em <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1>. Acesso em 30 de jul. de 2022.